

2015



Relatório de Gestão





Índice

1	Introdução	1
2	Situação económica e financeira	3
2.1	Situação económica.....	3
2.1.1	Balanço sintético	3
2.1.2	Estrutura de custos.....	4
2.1.3	Estrutura de proveitos.....	6
2.2	Situação financeira	8
2.2.1	Receitas globais	8
2.2.2	Receitas correntes.....	10
2.2.2.1	Estrutura das receitas correntes.....	10
2.2.2.2	Análise nas principais rubricas da receita corrente.....	10
2.2.3	Receitas de capital.....	12
2.2.3.1	Estrutura das receitas de capital.....	13
2.2.3.2	Análise nas principais rubricas da receita de capital	13
2.2.4	Evolução da receita	16
2.2.5	Rácios da Receita.....	17
2.3	Despesas globais.....	18
2.3.1	Execução da despesa.....	19
2.3.2	Execução da despesa corrente.....	19
2.3.3	Execução da Despesa de Capital	22
2.3.4	Saldo da gerência - orçamental.....	23



2.3.5	Poupança corrente	23
2.3.6	Relação receitas e despesas de capital	24
3	Recursos humanos	25
3.1	Limites dos encargos com o pessoal	27
4	Endividamento e evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo	29
4.1	Dívidas de curto prazo	29
4.2	Evolução do endividamento – médio e longo prazos	30
4.3	Endividamento total (2013/2014/2015)	31
4.4	Dívida	31
4.4.1	Limite da dívida	31
5	Grandes opções do plano - análise	34
5.1	Execução das grandes opções do plano	34
5.2	Plano plurianual de investimentos	35
5.3	Atividades relevantes	36
6	Equilíbrio orçamental	37
7	Proposta de aplicação dos resultados.....	38
7.1	Proposta.....	38



1 Introdução

A Câmara Municipal apresenta nos termos legais, alínea i) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os documentos de prestação de contas do ano de 2015.

Aquela norma define como competência do executivo, *“elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal”*, cabendo ao órgão deliberativo a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do referido diploma legal, onde é referido que compete à Assembleia Municipal: *“Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como **apreciar e votar os documentos de prestação de contas**”*, cujos documentos foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprovou o *“POCAL”* e tomando em consideração as recomendações do Tribunal de Contas dadas através das Instruções e Resolução publicadas.

Assim, foram elaborados os documentos da prestação de contas do ano de 2015.

As verbas colocadas à disposição do Executivo, quer provenientes das Receitas Próprias do município, quer das Transferências (do OE - Orçamento do Estado ou Outras), quer de outra proveniência (Capitais Alheios) foram administradas em obediência aos princípios orçamentais e contabilísticos fundamentais, dos quais destacamos, o do equilíbrio e o da prudência, tendo sido possível obstar-se a quaisquer situações de aperto orçamental, o que possibilitou o cumprimento das responsabilidades financeiras assumidas, efetivando uma política de pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros, de uma forma moderada, devido aos atrasos verificados nas transferências dessas verbas.

Os documentos de planeamento da gestão do atual executivo, identificados nas Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, estabeleceram para 2015, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, definindo os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua concretização.



Findo o exercício de 2015, será possível afirmar que a atividade da Câmara Municipal, no decurso desse período, contribuiu para melhorar a imagem do concelho na região onde se encontra inserido.

Seguidamente fazemos uma análise dos principais aspetos que devem fazer parte do Relatório de Gestão, destinados a compreender a atividade desenvolvida pelo executivo no ano económico de 2015.



2 Situação económica e financeira

A avaliação da situação económica e financeira do município foi realizada através da análise do balanço e da demonstração de resultados, bem como através dos indicadores de gestão calculados a partir de relações estabelecidas entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras.

2.1 Situação económica

2.1.1 Balanço sintético

Balanço Sintético	Ano de 2013		Ano de 2014		Ano de 2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido						
Imobilizado	64.945.825,13	92,24%	63.278.620,13	91,13%	63.302.703,65	91,10%
Bens do domínio público	36.970.113,84	52,51%	36.647.635,16	52,78%	37.281.483,15	53,65%
Imobilizado incorpóreo	41.965,00	0,06%	40.999,84	0,06%	53.534,24	0,08%
Imobilizado corpóreo	19.660.211,68	27,92%	25.214.312,03	36,31%	24.553.918,61	35,34%
Investimentos financeiros	8.273.534,61	11,75%	1.375.673,10	1,98%	1.413.767,65	2,03%
Circulante	4.030.924,74	5,73%	4.682.903,23	6,74%	4.814.367,97	6,93%
Existências	77.879,28	0,11%	135.937,07	0,20%	150.137,87	0,22%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	1.405.424,65	2,00%	1.457.453,20	2,10%	2.065.127,21	2,97%
Títulos negociáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Depósitos em instit. de crédito e caixa	2.547.620,81	3,62%	3.089.512,96	4,45%	2.599.102,89	3,74%
Acréscimo de proveitos	1.407.913,12	2,00%	1.478.604,57	2,13%	1.299.068,27	1,87%
Custos diferidos	21.968,77	0,03%	0,00	0,00%	70.684,35	0,10%
Total do Ativo Líquido	70.406.631,76	100,00%	69.440.127,93	100,00%	69.486.824,24	100,00%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos próprios	45.700.796,49	64,91%	46.752.059,01	67,33%	48.430.726,84	69,70%
Passivo	4.806.556,90	6,83%	4.619.373,86	6,65%	3.883.745,58	5,59%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	3.942.714,92	5,60%	3.474.010,70	5,00%	2.755.314,94	3,97%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	863.841,98	1,23%	1.145.363,16	1,65%	1.128.430,64	1,62%
Acréscimos de custos	280.300,93	0,40%	275.565,30	0,40%	274.137,23	0,39%
Proveitos diferidos	19.618.977,44	27,87%	17.793.129,76	25,62%	16.898.214,59	24,32%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	70.406.631,76	100,00%	69.440.127,93	100,00%	69.486.824,24	100,00%

Ao analisarmos as variações ocorridas nas principais rubricas do balanço deparamo-nos com os seguintes aspetos considerados mais importantes:

- Aumento do ativo circulante e imobilizado;
- Diminuição do passivo.



Voltou a ser refletido no passivo o valor que o município vai ter de transferir para o FAM – Fundo de Apoio Municipal, aprovado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto. O valor a transferir em 2016 será de € 65 251,00 e nos anos seguintes o valor de € 326 255,09.

2.1.2 Estrutura de custos

Contas	Custos e Perdas Descrição	Ano de 2013		Ano de 2014		Ano de 2015	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
61	Custo das mercad. vendidas e das m. consumidas	4.588,60	0,07%	5.955,88	0,07%	6.689,78	0,09%
62	Fornecimentos e serviços externos	1.796.156,71	26,72%	1.977.055,65	24,88%	2.210.503,91	28,61%
63	Transferências e subsídios correntes e p. sociais	930.166,57	13,84%	903.603,81	11,37%	622.952,24	8,06%
64	Custos com pessoal	2.033.625,57	30,25%	2.029.522,74	25,54%	1.962.762,13	25,40%
65	Outros custos operacionais	182.295,98	2,71%	280.432,72	3,53%	360.885,14	4,67%
66	Amortizações do exercício	1.448.472,04	21,55%	2.217.486,15	27,91%	2.237.274,94	28,95%
67	Provisões do exercício	17.951,07	0,27%	76.882,21	0,97%	693,67	0,01%
68	Custos e perdas financeiras	122.592,12	1,82%	104.560,78	1,32%	60.937,39	0,79%
69	Custos e perdas extraordinários	186.219,39	2,77%	350.084,85	4,41%	264.373,57	3,42%
Total de Custos ou Perdas		6.722.068,05	100,00%	7.945.584,79	100,00%	7.727.072,77	100,00%

Como verificamos neste quadro, os “Fornecimentos e serviços externos”, “Custos com pessoal” e as “Amortizações do exercício” são os agregados mais representativos dos custos e perdas da autarquia. Enquanto que os “Custos com pessoal” e as “Amortizações do exercício” constituem-se com uma série de custos quase fixos (ou de estrutura), temos os “Fornecimentos e serviços externos” que podem ser trabalhados ou com possibilidade de serem racionados. Verificamos que esse agregado aumentou significativamente, em parte, devido à variação em “Outros fornecimentos e serviços”, cuja explicação é dada nas páginas 19 e 20 da despesa.

Apesar do aumento constatado em “Outros fornecimentos e serviços” registaram-se diminuições dos custos com “Eletricidade” (-€ 10 964,07), com “Seguros” (-€-38 477,59), com “Formação” (-€ 38 634,24), com “Conservação e reparação” (-€ 82 868,49) e com “Trabalhos especializados” (-€ 49 671,15).

Os custos com pessoal voltaram a sofrer uma diminuição que foi de -€ 66 760,61, influenciada por reduções mais significativas em “Remunerações dos órgãos sociais” (-€ 35 509,77) - devido a erro na classificação de estagiários, cuja despesa estava a ser classificada pela conta 64.1 - em “Subsídio de refeição” (-€ 6 208,58), em “Outros suplementos” (-€ 8 413,17) e em “Despesas de saúde” (-€ 14 064,19).

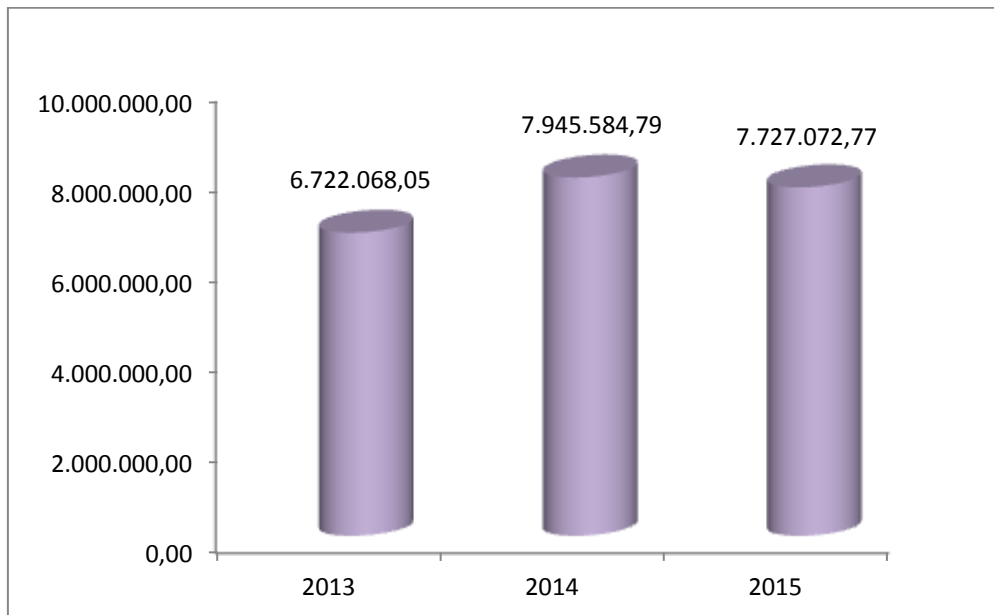


Os custos com transferências correntes concedidas sofreram uma redução global de -€ 280 651,57, influenciadas por diminuições constatadas em quase todas as rubricas, destacando-se em "Prestações sociais" (-€ 159 471,55) e "Outras¹" (-€ 66 894,45).

Verificaram-se aumentos em "Outros custos e perdas" (+€ 80 452,42) - por onde são classificadas as atividades: FICAVOUGA, Semana gastronómica, Passeio dos Idosos, espetáculos e eventos na Biblioteca, CAE e FORAL -, em "Amortizações do exercício (+€ 19 788,79), em "Transferências de capital" (+€ 51 502,03) e em "Restituições" (+€ 24 649,60) - com o maior valor restituído ao IFAP, na sequência do encerramento de projeto das Galerias Ripícolas, cujo adiantamento tinha sido superior ao valor da participação (neste projeto a adjudicação tinha sido inferior ao valor do investimento previsto ou despesa elegível).

Por outro lado, constaram-se diminuições em "Reservas" (-€ 76 188,54), em "Custos financeiros" (-€ 43 623,39), em "Sinistros" e "Alienação de bens" (-€ 11 521,40) e em "Outras correções a exercícios anteriores" (-€ 137 967,67).

Como verificamos neste gráfico e na sua globalidade, os custos decresceram € 218 512,02.



¹ Em 2014 foi contabilizada em transferências o valor dos trabalhos realizados no Cemitério de Dornelas.



2.1.3 Estrutura de proveitos

Contas	Proveitos e Ganhos Descrição	Ano de 2013		Ano de 2014		Ano de 2015	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	Vendas e prestações de serviços	278.193,81	3,09%	253.688,50	2,73%	296.781,98	3,16%
72	Impostos e taxas	2.001.393,52	22,23%	1.826.434,52	19,65%	1.746.889,52	18,59%
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	5.433.082,04	60,35%	5.157.915,08	55,49%	5.342.840,58	56,85%
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	368.897,82	4,10%	377.203,37	4,06%	429.751,14	4,57%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	921.388,76	10,23%	1.680.059,29	18,07%	1.582.317,66	16,84%
Total de Proveitos e Ganhos		9.002.955,95	100,00%	9.295.300,76	100,00%	9.398.580,88	100,00%

Verificamos neste mapa que a autarquia depende quase exclusivamente dos recursos externos – participação nos impostos do Estado – como se pode verificar pelo peso das “transferências e subsídios obtidos” (57%).

Os impostos e taxas, apesar de terem decrescido € 79 545,00, com maior impacto nos impostos, apresentam-se como sendo o segundo recurso mais importante para a autarquia. Os "Proveitos e ganhos extraordinários" também se apresentam como sendo um agregado importante, com cerca de 17%, apesar da diminuição de € 97 700. Neste agregado, as "Transferências de capital", apesar da diminuição de € 65 393,21, continuam a ser a receita mais representativa do agregado e a mais importante para o que se pretende realizar.

Verificou-se um aumento em “vendas e prestações de serviços” (+ € 43.093,48) – por influência dos proveitos registados em "venda de água" (+ € 9 402,15), em "outros bens" (+€ 11 883,21) - relacionado com a recuperação da madeira vendida no Braçal, +€ 13 800,00 - e em "outras prestações de serviços" (+€ 24 329,83) - devido ao registo dos proveitos relacionados com os espaços pagos na "Feira do Mirtilo", pelos expositores. Neste agregado diminuíram os proveitos registados com "resíduos sólidos" (-€ 4 023,06) e "transportes escolares" (-€ 5 292,49).

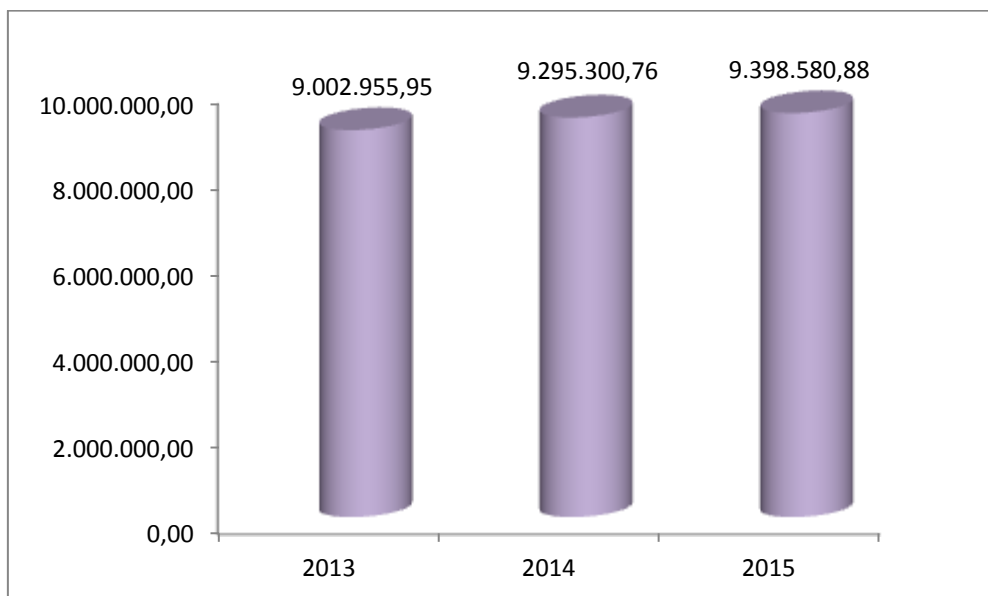
As “transferências e subsídios obtidos” aumentaram +€ 184 925,25 por influência das transferências da Administração Central que aumentaram +€ 298 601,42. Os "Fundos e serviços externos" (com receitas de outras entidades com autonomia financeira), constou-se uma diminuição de -€ 77 030,81.



Os proveitos financeiros aumentaram € 52 893,97, por influência do processamento das ocupações na Área de Acolhimento Empresarial (Vougapark), com +€ 39 031,93. Por outro lado, verificaram-se diminuições nos valores das rendas das habitações sociais (-€ 1 161,64). Os juros de depósitos a prazo aumentaram +€ 15 023,68. Com dividendos obtiveram-se € 1 866, 22 (-€ 164,88 que no ano anterior).

Como já foi referido, os proveitos e ganhos extraordinários diminuíram -€ 97 741,63, muito influenciados pela redução nas Transferências de Capital, cujas importâncias tinham a maior origem nas participações de fundos comunitários. Já lá vão três anos, com a esperança de abertura dos programas para apresentação de candidaturas ao Portugal 2020.

Em termos globais os proveitos aumentaram 1,1% ou € 103 280,12.



O resultado líquido do exercício foi de € 1 671 508,11 tendo aumentado +€ 321 792,14.

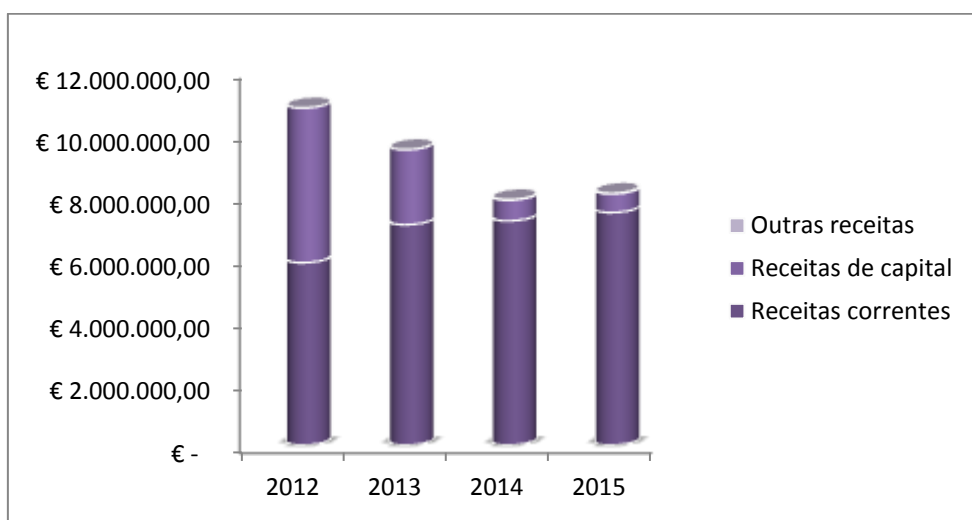


2.2 Situação financeira

2.2.1 Receitas globais

As receitas arrecadadas neste ano, ascenderam a 8 078 841,40 euros (7 873 143,44 euros em 2014), apresentando um aumento de 2,6%.

Estrutura da Receita	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	Δ 2014/2015
Receitas correntes	5 852 407,80	54,1%	7 070 994,86	74,6%	7 194 669,83	91,4%	7 461 427,72	92,4%	3,71%
Receitas de capital	4 960 927,24	45,9%	2 407 716,44	25,4%	663 819,56	8,4%	599 285,90	7,4%	-9,72%
Outras receitas	2 613,14	0,0%	1 391,79	0,0%	14 654,05	0,2%	18 127,78	0,2%	23,70%
Receita Total	10 815 948,18	100,00%	9 480 103,09	100,00%	7 873 143,44	100,00%	8 078 841,40	100,00%	2,61%



As receitas arrecadadas permitem que a autarquia tenha graus elevados de autonomia e solvabilidade financeira, bem como, liquidez imediata, como poderemos constatar com os dados da contabilidade patrimonial.

Rácios	2012	2013	2014	2015
Grau autonomia financeira (GAF) = Fundos Próprios / Ativo	63%	65%	67%	70%
Grau de Solvabilidade Financeira = Fundos Próprios / Passivo	169%	187%	209%	233%
Grau de liquidez Imediata = Disponibilidades / Passivo Circulante	290%	295%	270%	230%

Apesar da diminuição no Grau de liquidez Imediata, para além de se apresentar positivo, verificamos aumentos nos Graus de autonomia e solvabilidade financeira, permitindo à autarquia cumprir com as suas obrigações de tesouraria e evitar atrasos nos pagamentos.



Apresentamos no quadro seguinte a estrutura das receitas deste ano económico, seguindo-se, com algum detalhe, uma apreciação por rubricas.

Receita	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	%	Variação	
					Valor	%
01 - Impostos diretos	1.471.200,00	1.628.510,00	1.630.009,43	15,43%	1.499,43	0,09%
02 - Impostos indiretos	36.200,00	43.635,00	41.903,42	0,40%	-1.731,58	-3,97%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	59.100,00	68.675,00	76.257,41	0,72%	7.582,41	11,04%
05 - Rendimentos de propriedade	4.450,00	23.810,00	23.995,11	0,23%	185,11	0,78%
06 - Transferências correntes	4.473.650,00	4.828.450,00	4.847.179,95	45,88%	18.729,95	0,39%
07 - Venda de bens e serviços correntes	657.150,00	793.940,00	731.061,88	6,92%	-62.878,12	-7,92%
08 - Outras receitas correntes	59.850,00	112.980,00	111.020,52	1,05%	-1.959,48	-1,73%
Receitas Correntes	6.761.600,00	7.500.000,00	7.461.427,72	70,62%	-38.572,28	-0,51%
09 - Venda de bens de investimento	44.850,00	1.055,00	1.780,00	0,02%	725,00	68,72%
10 - Transferências de capital	1.888.550,00	766.895,00	561.803,05	5,32%	-205.091,95	-26,74%
11 - Ativos financeiros	4.650,00	5.015,00	5.411,95	0,05%	396,95	7,92%
12 - Passivos financeiros	200,00	20,00	0,00	0,00%	-20,00	-100,00%
13 - Outras receitas de capital	100,00	20.256,59	30.290,90	0,29%	10.034,31	49,54%
Receitas de Capital	1.938.350,00	793.241,59	599.285,90	5,67%	-193.955,69	-24,45%
15 - Reposições ã abatidas pagamentos	50,00	20.005,00	18.127,78	0,17%	-1.877,22	-9,38%
16 - Saldo da gerência anterior		2.486.753,41	2.486.753,41	23,54%	0,00	0,00%
Outras Receitas	50,00	2.506.758,41	2.504.881,19	23,71%	-1.877,22	-0,07%
Totais	8.700.000,00	10.800.000,00	10.565.594,81	100,00%	-234.405,19	-2,17%

No quadro anterior apresentamos a comparação entre os valores previstos e executados no ano económico, onde se pode constatar um equilíbrio nas previsões, designadamente quanto a receitas correntes. Nas receitas de capital a execução poderia ser melhor se tivéssemos recebido a comparticipação de alguns projetos cujas candidaturas foram aprovadas e continuamos a aguardar que sejam feitas as transferências para este município, nomeadamente da Biblioteca Municipal, Arranjos Urbanísticos na Entrada da Vila e Campo de Jogos de Pessegueiro, que aguardam pelo processo de encerramento do QREN, como forma de se conseguir verbas através do *overbooking*.

Recorrendo à informação contida nestes documentos e estabelecendo algumas comparações, com os dados publicados na página da autarquia - Prestação de contas de 2015 - constatamos que a receita, nas duas componentes, teve as seguintes variações mais significativas:



2.2.2 Receitas correntes

2.2.2.1 Estrutura das receitas correntes

A receita corrente arrecadada foi de €7 461 427,72 com uma variação de +€ 266 757,89 / 3,7%.

Receitas Correntes	Execução	%
01 - Impostos diretos	1 630 009,43	21,85%
02 - Impostos Indiretos	41 903,42	0,56%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	76 257,41	1,02%
05 - Rendimentos de propriedade	23 995,11	0,32%
06 - Transferências correntes	4 847 179,95	64,96%
07 - Venda de bens e Serviços correntes	731 061,88	9,80%
08 - Outras receitas correntes	111 020,52	1,49%
Totais	7 461 427,72	100,00%

Neste quadro verificamos que os impostos diretos têm um peso significativo, mas o município encontra-se dependente das transferências correntes, as quais apresentam um peso considerável. Verificamos que as receitas próprias apresentam um montante muito baixo.

2.2.2.2 Análise nas principais rubricas da receita corrente

01 – Impostos diretos

Neste ano económico constataram-se reduções quase em todos os impostos diretos. A única exceção foi a Derrama que aumentou € 34 227,77. Os impostos diretos diminuíram na sua totalidade -€ 86 850,78, com as principais variações ocorridas nestes impostos²: IMI (-€ 33 898,16) e IMT (-€ 54 632,56). Volta-se a sublinhar a redução das receitas de IMT, que se verifica pelo terceiro ano consecutivo.

Como já referido, apenas aumentou a Derrama.

²

A soma destas variações não corresponde ao aumento indicado, porque não incluímos outras parcelas, sem significado para a análise.



02 – Impostos indiretos

Os impostos indiretos aumentaram € 23 733,06, com maior destaque em “Loteamentos e obras” que aumentou € 26 712,60 e diminuição mais significativa nas taxas dos processos de empreitadas e fornecimentos (“Fotocópias de processos de concursos”), com -€ 2 484,47.

04 – Taxas, multas e outras penalidades

Neste grupo constatou-se uma diminuição de -€ 1 647,61 / -2%, com reduções nas taxas arrecadadas em “Loteamentos e obras” (-€ 719,21) e em “Ocupação da via pública” (-€ 1 090,94).

05 – Rendimentos de propriedade

Nesta rubrica constatou-se um aumento significativo (+€ 20 182,10), influenciado pelos juros obtidos nos depósitos à ordem que foram efetuados. Os dividendos diminuíram cerca de 9% / -€ 165.

06 – Transferências correntes

As transferências correntes aumentaram +€ 59 729,58, por efeito das variações constatadas:

a) Com aumentos nas seguintes rubricas - “Fundo de Equilíbrio Financeiro” (+€ 144 096,42) e “Participação variável no IRS” (+€ 73 431,00);

b) Com diminuições nas seguintes rubricas - “Fundos e serviços autónomos” (-€ 110 372,22) e “Famílias” (-€ 9 317,15).

No quadro seguinte apresentamos os valores recebidos das entidades com as quais foram celebrados acordos de execução ou protocolos.

Entidade	2014	2015	Varição
DGESTE - Direção de Serviços da Região Centro	148 353,43	150 936,92	2 583,49
IEFP	46 464,99	6 544,23	-39 920,76
ISSS	20 488,46	30 732,69	10 244,23
IFAP		356,41	356,41
IFADAP (PRODER)	80 191,52		-80 191,52
ERTC	6 908,82		-6 908,82
Secretaria do MAI		742,32	742,32
DGAI	1 928,06	272,84	-1 655,22
ICNF	16 820,72	16 820,72	0,00
POPH	16 878,32	11 011,74	-5 866,58



07 – Venda de bens e serviços

A venda de bens e serviços teve um aumento de 21% (€ 153 681,09), com uma diminuição -€ 317,93 na “venda de bens”, um aumento de € 48 659,49 na “venda de serviços³” e um aumento de € 105 339,53 em “rendas⁴”. Na “venda de serviços”, o aumento foi influenciado pela receita da “Feira do Mirtilo” (+€ 22 865,98) e tarifas de RSU (+€ 25 309,62). Mas, também se constataram diminuições, em “transportes escolares” (-€ 5 292,49) e na receita dos parquímetros (-€ 1 540,05). Nas “rendas”, o aumento teve a sua origem nas receitas arrecadadas com a ocupação da AAE (assim, classificadas, mas não consideradas como rendas), com uma variação de +€ 22 162,92, e pelo efeito provocado com o contrato de concessão da rede de baixa tensão à EDP, devido à contabilização de cinco trimestres em 2015 e apenas três trimestres em 2014.

08 – Outras receitas correntes

Este grupo teve um aumento de € 97 930,45, influenciado pela recuperação de IVA, na sequência do procedimento realizado para registo de todos os movimentos que poderiam dar origem ao reembolso e liquidação de IVA a favor do Estado, quando assim obrigava.

Desta forma justificamos o aumento absoluto de € 266 757,89, nas receitas correntes, e aumento relativo de 3,6%.

O grau de execução financeira das receitas corrente foi de 98,9%⁵, em relação ao orçamento corrigido (mantendo o mesmo valor de execução constatado no ano económico anterior).

2.2.3 Receitas de capital

A receita de capital arrecadada foi de € 599 285,90 com uma variação de -€ 64 533,66, em parte, pelo facto de não avançar o programa Portugal 2020, do qual se espera a publicação dos avisos para submissão de candidaturas.

³ CAE, FICAVOUGA, Limpeza de fossas, estacionamento

⁴ Renda de concessão - EDP

⁵ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 1



A diminuição significativas nas receitas desta natureza, constatada ao logo destes últimos anos, obriga a uma gestão cuidada dos recursos e uma adequada reafecção, porque será importante haver sempre investimento.

Espera-se que o próximo quadro comunitário de apoio esteja regulamentado com brevidade, por forma a conseguirem-se apoios para os projetos que se pretende realizar.

2.2.3.1 Estrutura das receitas de capital

Receitas de Capital	Execução	%
09 - Venda de bens de investimento	1 780,00	0,30%
10 - Transferências de capital	561 803,05	93,75%
11 - Ativos financeiros	5 411,95	0,90%
12 - Passivos financeiros	0,00	0,00%
13 - Outras receitas de capital	30 290,90	5,05%
Totais	599 285,90	100,00%

Como se verificou nas receitas correntes, as transferências apresentam-se como a principal fonte de receitas desta entidade, limitando a autonomia financeira da autarquia.

Seguidamente, apresentamos a apreciação das variações nos principais agregados das receitas de capital.

2.2.3.2 Análise nas principais rubricas da receita de capital

09 – Venda de bens de investimento

A receita arrecadada foi de € 1 780, menos € 26 754 que no ano anterior.

10 – Transferências de capital

Será o grupo com maior significado nas receitas desta natureza, onde foram registados € 561 803,05, com menos € 66 496,64 em relação ao valor arrecadado no ano anterior. Esta rubrica subdivide-se, principalmente, da seguinte forma:

- i. € 436 324,00, referente a transferências do Estado;



- ii. € 35 710,00, de transferências da freguesia de Talhadas (Reparação de calçadas em Talhadas) e indemnização da seguradora⁶.
- iii. € 89 769,05, de transferências do FEDER (€ 18 568,60) e FEOGA (€ 71 200,45).

Como se pode ver, as receitas de apoios comunitários são residuais e pouco expressivas, esperando-se pela abertura dos concursos para se concorrer ao programa Portugal 2020.

11 – Ativos financeiros

Foram registados € 5 411,95, menos € 1 573,92 que no ano anterior, devido ao aumento no número de empresas com reembolsos ao abrigo do programa FINICIA.

Neste grupo registam-se as receitas provenientes de reembolsos dos empréstimos concedidos ao abrigo daquele programa.

12 – Passivos financeiros

No ano de 2015 não se registou qualquer receita nesta rubrica, através da qual se movimentavam as importâncias recebidas dos empréstimos contraídos.

13 – Outras receitas de capital

Foram registadas duas receitas: de indemnização⁷ (€ 290,90) e a comparticipação dos baldios de Cedrim para a realização da empreitada de arranjos exteriores da Senhora dos Milagres (€ 20 000) e dos baldios do Seixo para a empreitada de construção do Pontão do Seixo (€ 10 000).

15 – Reposições não abatidas nos pagamentos

Foram registados € 18 127,78 de reposições não abatidas nos pagamentos.

Esta receita resultou da revisão final da empreitada da “Requalificação e ampliação da Fábrica de Massas Alimentares do Vouga para novas funções como "Vougapark - Parque Tecnológico e de Inovação do Vouga - E.M.".

⁶ Painel solar e reposição de muro

⁷ Roubo no Centro Escolar de Rocas do Vouga.



No seu conjunto, as receitas de capital arrecadadas no ano de 2015, foram de € 599 285,90, quando no ano transato foram de € 663 819,56, correspondendo a uma variação de -€ 64 533,66, sem considerarmos “Outras receitas”.

O grau de execução financeira das receitas de capital foi de 75,5%⁸, em relação ao orçamento corrigido.

Com data de 31/12/2015, na conta bancária 12424, da CGD, foi registado um movimento bancário no valor de € 208 616,85, proveniente da comparticipação do projeto "Campo de Jogos de Pessegueiro do Vouga - Arrelvamento", que, se tivesse sido possível o seu registo neste ano económico, aumentaria a execução das receitas de capital para € 807 902,75 ficando o grau de execução financeira das receitas de capital em 101,85%.

Em termos globais, a realização da receita atingiu 97,4%⁹, traduzindo-se num bom indicador em termos de equilíbrio orçamental, cumprindo esta entidade com a taxa de execução da receita prevista num valor superior a 85% que, em sentido contrário e verificada em dois anos consecutivos, obrigaria ao “Alerta precoce de desvios” previsto no n.º 1 do art.º 56º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com comunicação imperativa aos órgãos municipais e à DGAL., significando que a autarquia poderia estar a entrar em dificuldades financeiras. No entanto, tal não acontece e o resultado de execução demonstra o que já foi referido, quanto a uma boa gestão dos recursos, que pode ser feita através de um adequado equilíbrio orçamental.

⁸ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 4 (Em 2014 = 57,8%).

⁹ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 6 (Em 2014 = 94,7%)



2.2.4 Evolução da receita

Receita	2014	2015	Variação
Receitas Correntes			
01 - Impostos diretos	1 716 860,21	1 630 009,43	-86 850,78
02 - Impostos indiretos	18 170,36	41 903,42	23 733,06
04 - Taxas, multas e outras penalidades	77 905,02	76 257,41	-1 647,61
05 - Rendimentos de propriedade	3 813,01	23 995,11	20 182,10
06 - Transferências correntes	4 787 450,37	4 847 179,95	59 729,58
07 - Venda de bens e serviços correntes	577 380,79	731 061,88	153 681,09
08 - Outras receitas correntes	13 090,07	111 020,52	97 930,45
Subtotal	7 194 669,83	7 461 427,72	266 757,89
Receitas de Capital			
09 - Venda de bens de investimento	28 534,00	1 780,00	-26 754,00
10 - Transferências de capital	628 299,69	561 803,05	-66 496,64
11 - Ativos financeiros	6 985,87	5 411,95	-1 573,92
12 - Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00
13 - Outras receitas de capital	0,00	30 290,90	30 290,90
Subtotal	663 819,56	599 285,90	-64 533,66
Outras Receitas			
15 - Reposições ã abatidas pagamentos	14 654,05	18 127,78	3 473,73
Subtotal	14 654,05	18 127,78	3 473,73
Total da Receita	7 873 143,44	8 078 841,40	205 697,96

Este quadro permite uma leitura fácil da evolução das receitas nos principais agrupamentos.

Verificou-se que, no ano de 2015, a receita global teve um aumento de € 205 697,96, em comparação a 2014. As receitas correntes aumentaram € 266 757,89, enquanto as receitas de capital tiveram uma diminuição de -€ 64 533,66, influenciada pelas reduções nas receitas da "Venda de bens de investimento", das "Transferências de capital" e, também, dos "Ativos financeiros" (reembolso dos empréstimos do Finicia).

Como se observou, a redução nas receitas de capital também se prende com o encerramento do QREN, continuamos a manter a esperança em conseguirmos financiamentos extraordinários nesta fase, através da maturidade de projetos que foram objeto de candidatura. Há três projetos que poderão ser comparticipados nesta fase final do programa - Arranjos Urbanísticos da entrada da vila e Comunidade Intergeracional - Parque Interidades - Parque Geriátrico e Radical.

Julgamos que os dados apresentados refletem uma gestão coerente e que se traduz numa capacidade financeira adequada da autarquia (em termos de tesouraria) para fazer face aos diversos compromissos que são assumidos. Apenas se desejava, por um lado, um



desempenho melhor ao nível das receitas próprias, para a autarquia não depender tanto da administração central e dos impostos municipais, e, por outro lado, a abertura no seu todo do novo quadro comunitário de apoio para se obter os recursos necessários à realização de projetos que sejam comparticipados através do programa Portugal 2020.

2.2.5 Rácios da Receita

Indicadores da Estrutura da Receita	2014	2015	Varição
Receitas próprias/Receita total	30,94%	32,76%	1,82%
Impostos locais/Receita total	20,69%	21,25%	0,56%
Venda de bens de investimento/Receita total	0,27%	0,35%	0,08%
Transferências/Receita total	87,70%	67,04%	-20,66%
Passivos financeiros/Receita total	0,00%	0,00%	0,00%

Pela análise destes dados, confirmam-se as transferências como o principal recurso da autarquia.

Em termos relativos verifica-se um aumento no rácio das Receitas próprias e nos Impostos locais, em parte, pela diminuição nas transferências do Exterior.



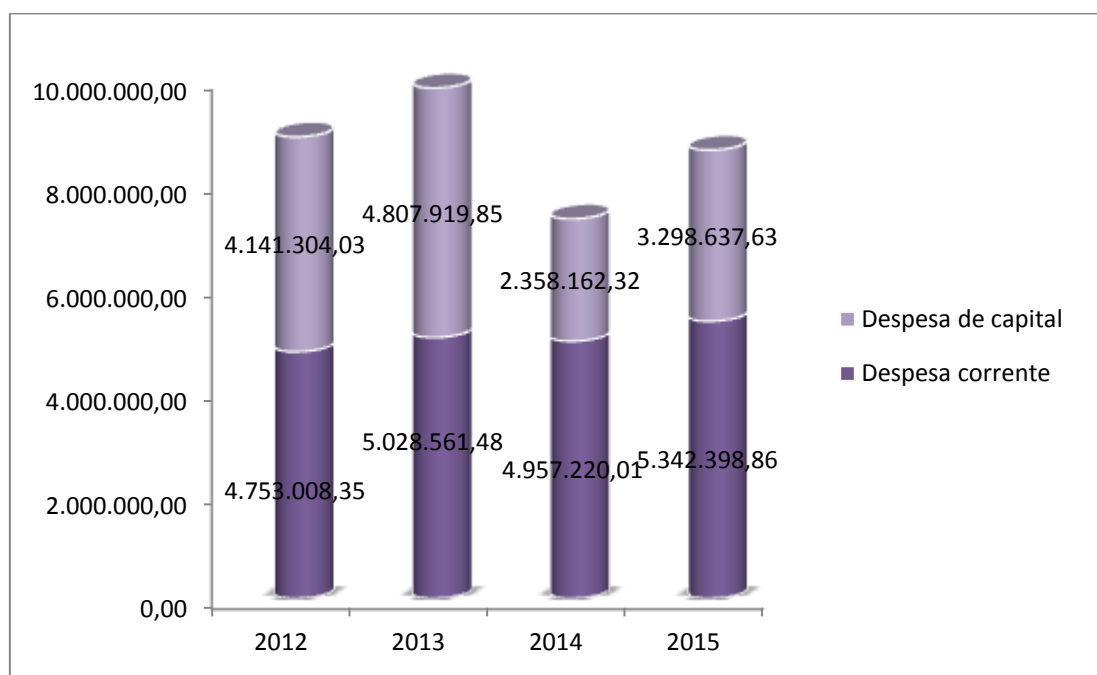
2.3 Despesas globais

A despesa neste ano ascendeu a **€ 8 641 036,49** (**€ 7 315 382,33** em 2014), com um aumento de € 1 325 654,16 ou cerca de 18%.

A despesa foi distribuída em **61,8%** por despesas correntes e **38,2%** em despesas de capital, respeitando nominalmente a € 5 342 398,86 e € 3 298 637,63 com variações para mais de € 385 178,85 e € 940 475,31, respetivamente.

Comparando com 2014, verificamos, um aumento de **€ 1 325 654,16** nas Despesas Totais, distribuída como se representa no seguinte mapa.

Despesa	2014	%	2015	%	Varição	%
Despesa corrente	4 957 220,01 €	67,76%	5 342 398,86 €	61,83%	385 178,85	7,77%
Despesa de capital	2 358 162,32 €	32,24%	3 298 637,63 €	38,17%	940 475,31	39,88%
Despesa Total	7 315 382,33 €	100,00%	8 641 036,49 €	100,00%	1 325 654,16	18,12%



No próximo ponto faremos uma análise à evolução destes dois grupos.



2.3.1 Execução da despesa

Seguidamente, apresentamos o resumo da execução das despesas segundo as principais rubricas para compreendermos melhor o resultado assinalado.

Estrutura da Despesa	2012	2013	2014	2015	Variação	%
Despesas Correntes						
01 - Despesas com o pessoal	1 849 809,81	1 958 639,41	2 018 710,28	1 959 339,58	-59 370,70	-2,94%
02 - Aquisição de bens e serviços	1 721 879,15	1 832 493,82	1 754 540,97	2 173 468,23	418 927,26	23,88%
03 - Juros e outros encargos	56 353,67	93 262,36	70 968,43	43 464,73	-27 503,70	-38,75%
04 - Transferências correntes	952 570,37	917 358,18	812 108,51	763 780,62	-48 327,89	-5,95%
06 - Outras despesas correntes	172 395,35	226 807,71	300 891,82	402 345,70	101 453,88	33,72%
Subtotal	4 753 008,35	5 028 561,48	4 957 220,01	5 342 398,86	385 178,85	7,77%
Despesas de Capital						
07 - Aquisição de bens de capital	3 360 403,58	2 324 896,98	1 312 996,65	2 424 952,88	1 111 956,23	84,69%
08 - Transferências de capital	305 323,96	149 091,57	194 134,83	188 542,50	-5 592,33	-2,88%
09 - Ativos financeiros	0,00	0,00		65 251,00	65 251,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	475 576,49	2 325 808,02	851 030,84	613 813,75	-237 217,09	-27,87%
11 - Outras despesas de capital		8 123,28		6 077,50	6 077,50	0,00%
Subtotal	4 141 304,03	4 807 919,85	2 358 162,32	3 298 637,63	940 475,31	39,88%
Totais	8 894 312,38	9 836 481,33	7 315 382,33	8 641 036,49	1 325 654,16	18,12%

2.3.2 Execução da despesa corrente

01 – Despesas com pessoal

Apresentam uma diminuição de -€ 59 370,70¹⁰, com o maior efeito provocado pelas seguintes rubricas: Pessoal contratado a termo certo (-€ 6 519, 07); Pessoal em qualquer outra situação (-€ 22 414,78); Outros suplementos e prémios (-€ 8 630,20); Encargos com a saúde (-€ 14 800,74) e Caixa Geral de Aposentações (-€ 11 487,05). Os subsídios de refeição, de férias e natal, bem como as Remunerações por doença, diminuíram no seu todo -€ 13 964, 88. As rubricas que aumentaram foram: Pessoal dos quadros - R. da função pública (+€ 14 224,31); Indemnizações por cessação de funções (+€ 3 197,19); e Segurança social - regime geral (+€ 5 460,07).

02 – Aquisição de bens e serviços

Verificou-se um aumento elevado nas despesas desta natureza (+€ 418 927,26 / +23,9%), assim distribuído:

- i. Aquisição de bens: € 238 833,39;

¹⁰ Em 2013 = + € 108.829,60 e em 2014 = +€ 60 070,87



ii. Aquisição de serviços: € 180 093,87

A aquisição de bens foi influenciada com o processamento de cinco trimestres de Iluminação Pública, incluindo o último do ano de 2014, cujos documentos foram recebidos em janeiro deste ano económico. A maior variação constatou-se na aquisição de "Outros bens", onde, para além da Iluminação pública, se processaram as despesas relacionadas com a aquisição de materiais para o serviço de obras (pequenas reparações e conservações), para as freguesias e outros bens para a Feira do Mirtilo.

Na aquisição de serviços verificaram-se os maiores aumentos na "Vigilância e segurança", com mais € 33 216,82, na sequência do novo contrato que integrou novos edifícios a serem vigiados e serviço de porteiro no Edifício da Vougapark. Mas, o maior aumento constatou-se em "Outros serviços" (+€ 202 307,62), pelo processamento direto dos encargos com a organização e funcionamento da Feira do Mirtilo (+€ 116 062,25), que antes era processada em transferências correntes. A diferença resulta da alteração na classificação de despesas, que antes eram processadas em "Outros trabalhos especializados" e, neste ano económico, foram classificadas em "Outros serviços".

No entanto, será mais adequado analisar a evolução dos custos - Relatório de Gestão Patrimonial - para aferirmos qual a evolução dos encargos desta natureza.

03 – Juros e outros encargos

Sofreram uma diminuição de - € 27 503,70 influenciada pela redução nos juros da dívida (- € 18 149,27), por influência da amortização extraordinária, e, em "Outros juros" (- € 9 455,03), onde só foram registados e pagos € 32,03 ao IFDR (primeiros juros pagos do empréstimo contraído, com período de carência de cinco anos). Em "outros encargos financeiros", onde são contabilizadas as comissões e outros encargos bancários verificou-se um aumento de € 100,60.

04 – Transferências correntes

As transferências correntes diminuíram € 48 327,89 (-6%), apresentando mesmo assim um valor muito elevado, e andam próximo dos setecentos e cinquenta mil euros.



No quadro seguinte apresentamos as transferências pelas principais rubricas ou tipos de entidades.

T. Corrente/Tipo de Entidade	Classificação	2013	2014	2015	Variação	%
Freguesias	04.05.01.02	122 138,29	174 733,78	223 026,46	48 292,68	27,64%
Associações de municípios	04.05.01.04	77 748,31	57 521,55	42 548,75	-14 972,80	-26,03%
Instituições sem fins lucrativos	04.07.01	423 653,61	340 085,69	241 573,01	-98 512,68	-28,97%
Famílias	04.08.02	288 985,97	235 567,49	242 694,49	7 127,00	3,03%
Outras entidades	04...	4 832,00	4 200,00	13 937,91	9 737,91	231,86%
Totais		917 358,18	812 108,51	763 780,62	-48 327,89	-5,95%

Verificamos que decresceram na maioria das rubricas, em especial para as coletividades e famílias (neste ultimo caso devido à redução de alunos). A redução nas "Instituições sem fins lucrativos" resultou do impedimento na atribuição de apoios, que possam ser considerados como subsídios à exploração, que eram atribuídos à AGIM, designadamente para a realização da Feira do Mirtilo. Apenas se constatou aumento nas transferências para as freguesias, como resultado dos apoios concedidos, designadamente para atividades diversas.

06 - Outras despesas correntes

Nesta rubrica da despesa, classificam-se os encargos relacionados com atividades evidenciadas no Plano de Atividades – FICAVOUGA, Comemorações do FORAL, Festas Natalícias, Passeio dos Idosos e outras indicadas no quadro em baixo, que, em termos globais, aumentou € 101 453,88.

No quadro seguinte apresentam-se as principais rubricas do Plano de Atividades Municipais, com classificação desta rubrica e montantes pagos nos dois anos, mais a respetiva variação.

Cl. Funcional	Descrição	2013	2014	2015	Variação
0201 0301	Comemoração do Foral Quinhentista	28,06	34 244,48	15 223,33	-19 021,15
0201 0302	Outras Despesas Correntes - Centro das Artes e do Espectáculo	42 969,65	49 556,18	66 434,91	16 878,73
0201 0303	Outras Despesas Correntes - Parques e Jardins - Actividades Culturais	0,00	0,00	18 500,00	18 500,00
0201 0304	Biblioteca - Actividades	2 394,49	4 121,37	3 372,15	-749,22
0201 0305	Festival de Guitarras e Concurso Internacional Jovem de Guitarra	0,00	0,00	8 883,92	8 883,92
03 0301	Outras Despesas Correntes - Passeio dos Idosos	7 568,40	12 159,66	9 764,67	-2 394,99
03 0302	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens	736,73	680,74	457,86	-222,88
0803 0301	Ficavouga ou outro Evento Musical - Animação	131 126,52	169 675,22	212 627,10	42 951,88
0803 0303	Outras Despesas Correntes - Semana Gastronómica	10 008,73	7 684,94	16 732,74	9 047,80
1102 0301	Outras Despesas Correntes - Festas Natalícias (Funcionários, Crianças e Ilumin.)	9 108,89	13 571,51	13 515,13	-56,38

A FICAVOUGA/2015 no modelo atual foi o evento que mais contribuiu para o aumento das despesas desta rubrica, seguido dos encargos com as atividades promovidas pelo serviço da cultura, designadamente no CAE.



2.3.3 Execução da Despesa de Capital

As despesas desta natureza aumentaram 40% (€ 940 475,31). A "Aquisição de bens de capital" (investimento) foi a que contribui mais para essa variação (€ 1 111 956,23). Apesar da redução de -€ 237 217,09 nos "Passivos financeiros", no ano económico de 2015, efetuou-se mais uma amortização extraordinária de € 109 991,16. Seguidamente evidenciam-se as variações nas rubricas agregadoras:

Despesa de Capital	2014	2015	Variação	%	Justificação
07 - Aquisição de bens de capital	1 312 996,65	2 424 952,88	1 111 956,23	84,69%	Investimentos
08 - Transferências de capital	194 134,83	188 542,50	-5 592,33	-2,88%	
09 - Ativos financeiros	0,00	65 251,00	65 251,00	0,00%	
10 - Passivos financeiros	851 030,84	613 813,75	-237 217,09	-27,87%	Amortizações
11 - Outras despesas de capital	0,00	6 077,50	6 077,50	0,00%	Restituições

Embora verificando-se aumentos em quase todas as rubricas: Terrenos, Escolas, Parques e Jardins e outras, as maiores variações constataram-se em "viadutos, arruamentos e obras complementares" (- € 334 589,01) e em "viação rural" (+ € 789 459,96).

As "transferências de capital" para as freguesias diminuíram cerca de dez mi euros. As transferências para instituições sem fins lucrativos - associações - aumentaram cerca de cinco mi euros.

T. Capital/Tipo de Entidade	Classificação	2013	2014	2015	Variação	%
Freguesias	08.05.01.02	71 161,00	48 195,84	38 042,50	-10 153,34	-21,07%
Associações de municípios	08.05.01.04	3 615,29	538,99	0,00	-538,99	-100,00%
Instituições sem fins lucrativos	08.07.01	74 315,28	145 400,00	150 500,00	5 100,00	3,51%
Totais		149 091,57	194 134,83	188 542,50	-5 592,33	-2,88%

Em "ativos financeiros" registamos o valor de € 65 251,00, referente às transferências realizadas para o Fundo de Apoio Municipal.

Apesar de constatar uma redução de - € 237 217,09, a dívida de médio e longo prazo (empréstimos) foi diminuída em - € 613 813,75, com uma amortização extraordinária (não obrigatória) de € 109 991,16 processada em dezembro. Verificou-se neste ano económico o início da amortização do empréstimo contraído no IFDR, com o pagamento de € 60 000,00.

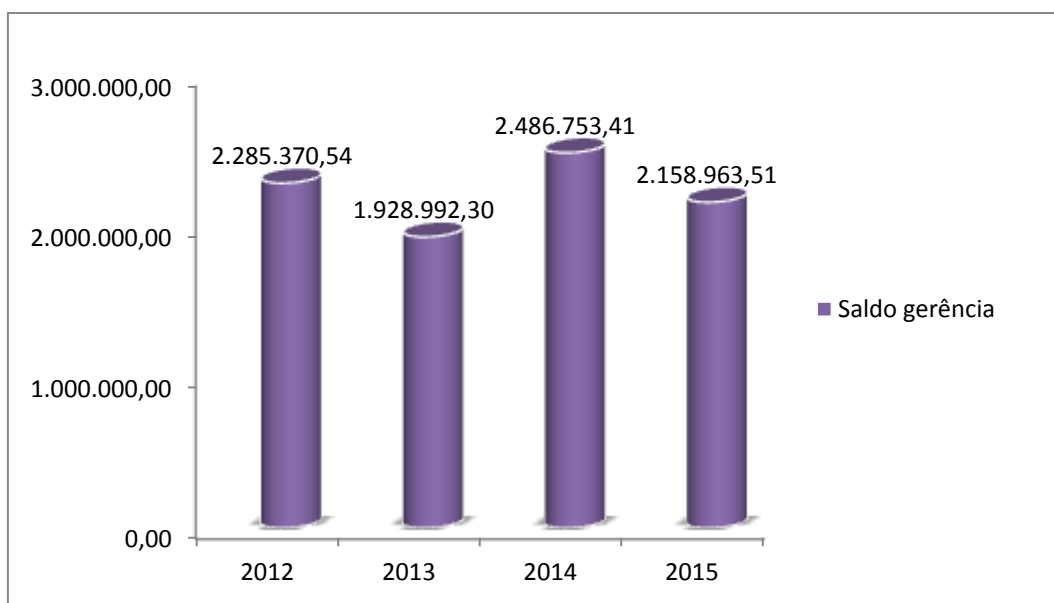
Como se pode verificar no mapa dos empréstimos, a dívida de médio e longo prazo, em 31/12/2015, era de € 2 429 059,85.



2.3.4 Saldo da gerência - orçamental

As disponibilidades financeiras do Município de Sever do Vouga, colocadas à disposição do executivo na gerência de 2015, foram as seguintes.

Saldo de Gerência	2013	2014	2015	Diferença	Δ
Saldo da gerência anterior (+)	2 285 370,54	1 928 992,30	2 486 753,41	557 761,11	28,91%
Receita cobrada na gerência (+)	9 480 103,09	7 873 143,44	8 313 246,59	440 103,15	5,59%
Despesa efectuada na gerência (-)	9 836 481,33	7 315 382,33	8 641 036,49	1 325 654,16	18,12%
Saldo que transita para a gerência seguinte (=)	1 928 992,30	2 486 753,41	2 158 963,51	-327 789,90	-13,18%



2.3.5 Poupança corrente

Poupança Corrente	2013	2014	2015	Diferença	Δ
Receitas correntes	7 070 994,86	7 194 669,83	7 461 427,72	266 757,89	3,71%
Despesas correntes	5 028 561,48	4 957 220,01	5 342 398,86	385 178,85	7,77%
Diferença (Poupança Corrente)	2 042 433,38	2 237 449,82	2 119 028,86	-118 420,96	-5,29%

A poupança corrente - € 118 420,96, mantendo ainda um valor elevado e significa que foi dado cumprimento ao equilíbrio orçamental corrente.

Contudo, caso fosse possível movimentar o valor de € 208 616,85 como já referido na folha 14, o saldo para a gerência seguinte seria superior (€ 2 367 580,36) e a Poupança Corrente passaria a ser de € 2 327 645,71, com um aumento em relação aos dois anos anteriores.

Esta poupança habitualmente é utilizada no investimento, ou seja, serve para compensar o desvio constatado na arrecadação das receitas de capital.



2.3.6 Relação receitas e despesas de capital

Capital - Receitas vs Despesas	2013	2014	2015
Receitas de Capital	2 407 716,44	663 819,56	599 285,90
Despesas de Capital	4 807 919,85	2 358 162,32	3 298 637,63
Diferença	-2 400 203,41	-1 694 342,76	-2 699 351,73

Ao compararmos a receita com a despesa da mesma natureza, verifica-se que há um saldo negativo o que significa ter sido necessário recorrer à poupança corrente¹¹, e nestes anos económicos, a mais uma parte do saldo da gerência anterior.

¹¹ Poupança Corrente = Receita Corrente – Despesa Corrente

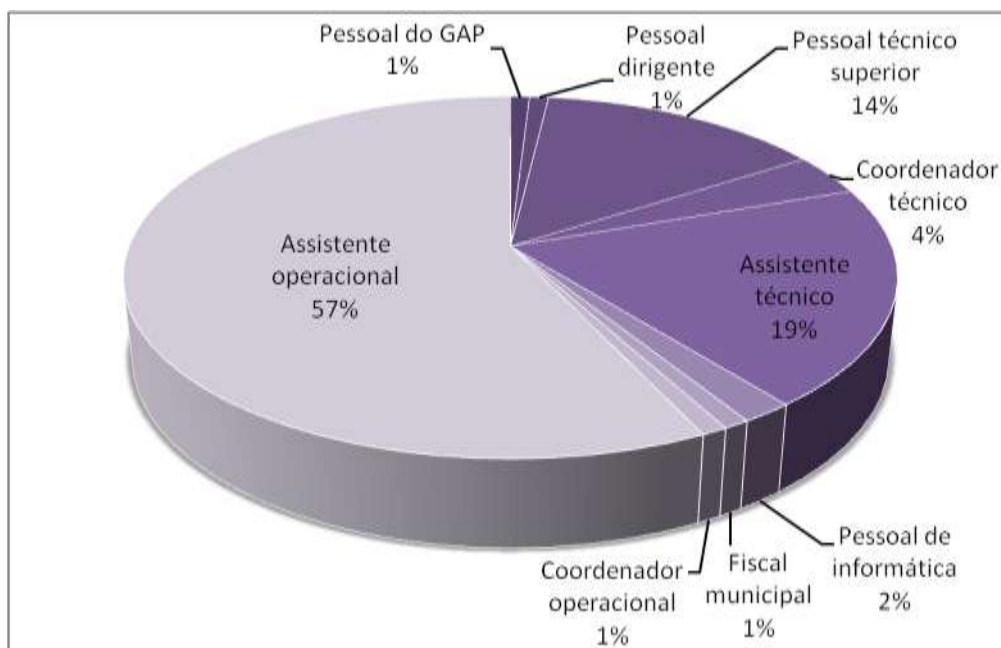


3 Recursos humanos

A 31 de Dezembro de 2015 o número de trabalhadores ao serviço da autarquia eram **107**, distribuídos pelos seguintes vínculos:

- i. Contrato por tempo indeterminado¹² - 107
- ii. Contrato por tempo determinado (Termo Certo) - 0

Grupo - Pessoal	2014				2015				Variação			
	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *
Pessoal do GAP				1				1				
Pessoal dirigente	1				1							
Pessoal técnico superior		14				15				1		
Coordenador técnico		4				4						
Assistente técnico		21				21						
Pessoal de informática		2				2						
Fiscal municipal		1				1						
Coordenador operacional		1				1						
Assistente operacional		65				61				-4		
Subtotal	1	108		1	1	105		1		-3		
Totais		110				107				-3		



¹² Inclui Comissão de Serviço (Diretor) e Pessoal em qualquer outra situação (GAP).



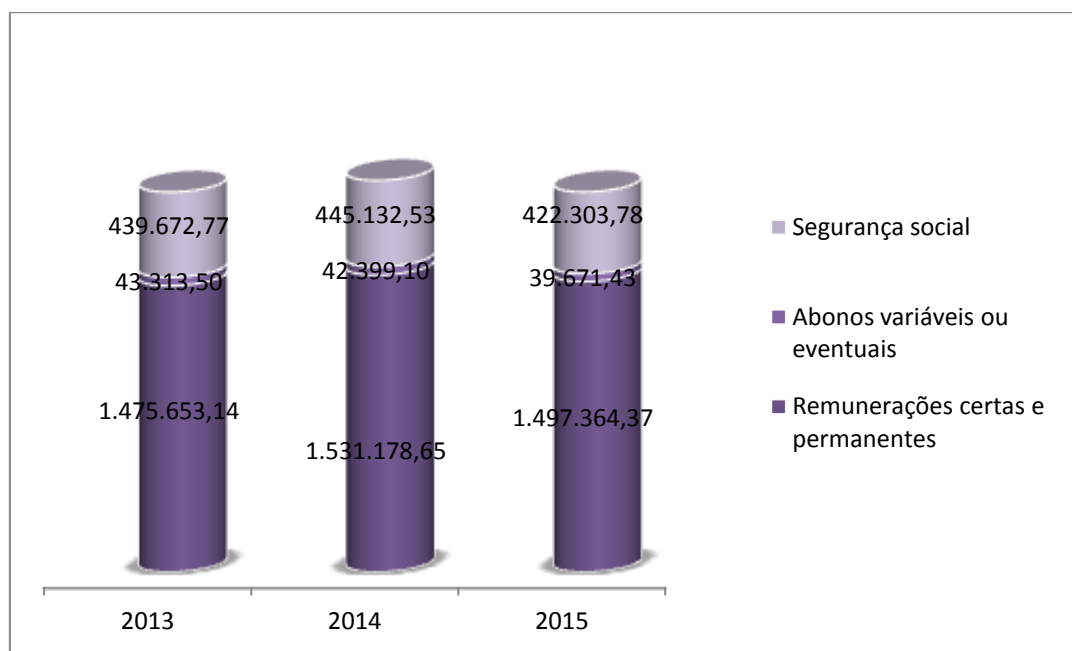
A redução deveu-se aos seguintes motivos:

- i. Admissão de dois trabalhadores: um técnico superior - Psicologia; e, um assistente operacional - Serralheira
- ii. Admissão de uma assistente técnica, em regime de mobilidade - Posto de Turismo
- iii. Rescisão do contrato, por mutuo acordo, com uma assistente técnica
- iv. Aposentação – 5 Assistentes Operacionais

A despesa total da rubrica de Pessoal atingiu o montante de € 1 959 339,58, menos 2,94% do que o valor despendido em 2014 (€ 2 018 710,28).

Indicadores de Pessoal	2013	2014	2015	Variação
Despesa corrente	38,95%	40,72%	36,68%	-4,05%
Despesa total	19,91%	27,60%	22,67%	-4,92%
Receita corrente	27,70%	28,06%	26,26%	-1,80%
Receita total	20,66%	25,64%	24,25%	-1,39%

Os dados do quadro anterior evidenciam uma variação para menos das despesas com pessoal relativamente ao total das despesas correntes e em relação à despesa global da autarquia, apesar da constatação de reduções na receita total e corrente.





Classificação	Rúbricas	Despesa			Variação 2014/2015
		2013	2014	2015	
01	Despesas com o pessoal	1.958.639,41	2.018.710,28	1.959.339,58	-2,94%
01.01	Remunerações certas e permanentes	1.475.653,14	1.531.178,65	1.497.364,37	-2,21%
01.01.01	Titulares de órgãos de soberania e membros ...	92.679,71	123.011,85	123.929,52	
01.01.02	Órgãos sociais	0,00	0,00	0,00	
01.01.04.01	Pessoal dos quadros - R. da função pública	973.090,88	937.763,99	951.988,30	
01.01.04.04	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	7.603,17	14.699,39	10.138,98	
01.01.05	Pessoal para além dos quadros	0,00	0,00	0,00	
01.01.06.01	Pessoal contratado a termo certo	8.535,09	6.519,07	0,00	
01.01.06.04	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	0,00	0,00	0,00	
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.476,00	2.460,00	1.968,00	
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	3.934,69	4.636,10	3.413,95	
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	39.023,90	82.492,66	60.077,88	
01.01.10	Gratificações	0,00	0,00	0,00	
01.01.11	Representação	31.580,91	32.156,09	32.373,12	
01.01.12	Suplementos e prémios	0,00	0,00	0,00	
01.01.13	Subsídio de refeição	111.865,25	121.092,93	114.884,35	
01.01.14	Subsídios de férias e natal	190.722,80	192.079,42	188.262,73	
01.01.15	Remunerações por doença e mat. / pat.	15.140,74	14.267,15	10.327,54	
01.02	Abonos variáveis ou eventuais	43.313,50	42.399,10	39.671,43	-6,43%
01.02.01	Gratificações variáveis	0,00	0,00	0,00	
01.02.02	Horas extraordinárias	16.977,44	16.244,85	17.678,30	
01.02.03	Alimentação e alojamento	0,00	0,00	0,00	
01.02.04	Ajudas de custo e prémios	1.146,92	1.293,89	2.309,88	
01.02.05	Abono para falhas	5.435,97	4.330,50	4.586,40	
01.02.06	Formação	0,00	0,00	0,00	
01.02.07	Colaboração técnica e especializada	0,00	0,00	0,00	
01.02.08	Subsídios e abonos de fixação, residência e aloj.	0,00	0,00	0,00	
01.02.09	Subsídio de prevenção	0,00	0,00	0,00	
01.02.10	Subsídio de trabalho nocturno	0,00	0,00	0,00	
01.02.11	Subsídio de turno	0,00	0,00	0,00	
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	5.467,33	0,00	3.197,19	
01.02.13	Outros suplementos e prémios	14.285,84	20.529,86	11.899,66	
01.02.14	Outros abonos em numerário e espécie	0,00	0,00	0,00	
01.03	Segurança social	439.672,77	445.132,53	422.303,78	-5,13%
01.03.01	Encargos com a saúde	103.661,99	90.957,55	76.156,81	
01.03.02	Outros encargos com a saúde	0,00	0,00	0,00	
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	9.640,10	10.976,00	10.874,60	
01.03.04	Outras prestações familiares	37.571,27	0,00	0,00	
01.03.05.01	Assistência doença func. públicos (adse)	243,75	236,25	227,50	
01.03.05.02.01	Caixa geral de aposentações	191.427,87	232.781,82	221.294,77	
01.03.05.02.02	Segurança social - regime geral	87.110,57	95.888,81	101.348,88	
01.03.05.02.03	Outros	0,00	0,00	0,00	
01.03.06	Acidentes em serviços e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	
01.03.08	Outras pensões	0,00	0,00	0,00	
01.03.09.01	Seguro acidentes trabalho e doenças profissionais	10.017,22	14.292,10	12.401,22	
01.03.10	Outras despesas de segurança social	0,00	0,00	0,00	

3.1 Limites dos encargos com o pessoal

A lei do Orçamento de Estado para 2015 determina no seu artigo 62º que os municípios fora da necessidade de saneamento financeiro podem admitir trabalhadores e contratar serviços a pessoas singulares desde que seja cumprido o limite estabelecido no número 4 daquela norma - Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. Para esse limite contam as despesas com



peçoal e com a aquisição de serviços a pessoas singulares (contratos de tarefa e avença), os quais não podem ser de “montante superior a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios”. O valor do aumento não poderia ser superior a 20% da diferença referida no período anterior.

Assim, sabendo que, nos últimos três anos económicos a receita corrente líquida, obtida através dos dados das prestações de contas dos anos anteriores e que, nestes documentos previsionais temos as seguintes despesas com peçoal e com a aquisição de serviços a pessoas singulares, então teremos os seguintes resultados:

Receita Corrente líquida n-3	2013	6 994 982,40
Receita Corrente líquida n-2	2014	7 143 375,01
Receita Corrente líquida n-1	2015	7 414 416,07
Receita corrente líquida média dos três anos		7 184 257,83
Limite geral para as despesas com peçoal, incluindo as aquisições de serviços com pessoas singulares	35%	2 514 490,24
Despesa com peçoal em 2015		1 959 339,58
Despesas com aquisições de serviços em 2015		17 162,45
Despesas com peçoal de 2015, incluindo as aquisições de serviços com pessoas singulares		1 976 502,03
Margem disponível		537 988,21
Máximo admissível para aumentar as despesas com peçoal	20%	107 597,64
Limite máximo para as despesas com peçoal permitido para 2015, nos termos do art.º 62º da LOE/2015, incluindo as aquisições de serviços com pessoas singulares		2 084 099,67

Nestes dados verificamos que, em função das novas regras e considerando não haver alterações significativas nos valores, podemos afirmar o seguinte:

- i. que estamos abaixo do limite geral para as despesas com peçoal;
- ii. por esse motivo temos uma margem disponível de € 537 988,21;
- iii. que a autarquia poderia ter aumentado no ano de 2015 as despesas com peçoal e aquisições de serviços com pessoas singulares em € 107 597,64.



4 Endividamento e evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo

Embora o atual regime financeiro - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – ter alterado o conceito para dívida, consideramos que deveríamos manter o estudo do endividamento em função dos seguintes períodos – dívidas de curto prazo e de médio e longo prazo – e o estudo da dívida.

4.1 Dívidas de curto prazo

Estrutura da Dívida de Curto Prazo - Orçamental	2013	2014	2015
22.1 - Fornecedores c/c	13 220,15	166 975,33	71 560,57
22.8 - Fornecedores - faturas receção e conferência	124 255,87	98 254,73	116 584,08
25.2 - Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00
26.1.1 - Fornecedores de imobilizado c/c	52 441,60	142 719,55	99 493,34
26.1.8 - Fornecedores de imobilizado - faturas	24 079,95	37 696,36	20 749,00
26.8 - Outros credores	32 687,98	96 957,64	145 499,08
Totais	246 685,55	542 603,61	453 886,07

A Câmara encerrou a gerência de 2015 com dívidas a curto prazo reconhecidas num total de € 453 886,07, assim distribuídas:

Estrutura da Dívida de Curto Prazo - Orçamental	2015	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 180 dias	> 180 dias
22.1 - Fornecedores c/c	71 560,57	71 107,62	356,70	96,25	0,00
22.8 - Fornecedores - faturas receção e conferência	116 584,08	115 291,44	419,65	872,99	
25.2 - Credores pela execução do orçamento	0,00				
26.1.1 - Fornecedores de imobilizado c/c	99 493,34	68 886,77			30 606,57
26.1.8 - Fornecedores de imobilizado - faturas	20 749,00	20 749,00			
26.8 - Outros credores	145 499,08	130 848,49		237,50	14 413,09
Totais	453 886,07	406 883,32	776,35	1 206,74	45 019,66

Os valores com prazos até e superiores a 180 dias: de "outros credores" dizem respeito a apoios concedidos a coletividades que ainda não entregaram informação exigida no protocolo para que sejam libertadas as verbas aprovadas; de "fornecedores de imobilizado" diz respeito ao valor em dívida à Resopre, pela aquisição dos parçómetros, cujo saldo teve de ser transferido de médio e longo prazo para curto prazo por termos chegado ao último ano do contrato; de "fornecedores", diziam respeito a débitos que estavam por validar.



No quadro seguinte apresentamos informação sobre o acompanhamento trimestral da dívida e que é reportada à DGAL, como vem sendo obrigatório há muito tempo.

Estrutura da Dívida de Curto Prazo - Orçamental	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
22.1 - Fornecedores c/c	60 850,10	92 085,18	62 087,10	71 560,57
22.8 - Fornecedores - faturas receção e conferência	59 414,25	197 575,14	10 182,23	116 584,08
25.2 - Credores pela execução do orçamento	9 387,69	9 147,54	8 503,76	0,00
26.1.1 - Fornecedores de imobilizado c/c	45 276,47	129 645,07	19 783,50	99 493,34
26.1.8 - Fornecedores de imobilizado - faturas	2 337,98	15 034,46	0,00	20 749,00
26.8 - Outros credores	172 488,38	226 934,71	81 289,25	145 499,08
Totais	349 754,87	670 422,10	181 845,84	453 886,07

4.2 Evolução do endividamento – médio e longo prazos

Durante o ano económico de 2015, registaram-se os seguintes pagamentos referentes aos empréstimos de médio e longo prazo:

- i. juros no montante de € 39 553,45; e
- ii. amortizações no montante de € 613 813,75.

Em relação às amortizações sublinhamos duas situações distintas, adotadas neste exercício, conforme se apresenta no quadro seguinte.

Amortizações contratuais	503 822,59
Amortização extraordinária (art.º 94º LOE 2014)	109 991,16
Total das amortizações de MLP	613 813,75

Embora se indicando a norma através da qual era obrigatório reduzir a dívida de médio e longo prazo, era comumente aceite que as amortizações normais fossem suficientes para se dar cumprimento a essa disposição. Contudo, porque havia meios para o fazer decidiu-se realizar esta amortização extraordinária para se diminuir a dívida de longo prazo.

Neste ano económico de 2015, e no endividamento de médio e longo prazo, ocorreram os seguintes movimentos, apresentando no final do ano o saldo indicado (empréstimos).

Movimentos/Saldo - Dívida de Empréstimos (MLP)	Valor
Dívida mlp inicial	3 042 873,60
Aumento da dívida mlp – empréstimos	0,00
Diminuição da dívida mlp – amortizações	613 813,75
Saldo da Dívida MLP	2 429 059,85



4.3 Endividamento total (2013/2014/2015)

Endividamento Total - Orçamental	2013	2014	2015	%
Médio e Longo Prazo				
Empréstimos	3.893.904,44	3.042.873,60	2.429.059,85	-20,17%
Fornecedores de imobilizado mlp	48.810,48	39.631,01	0,00	-100,00%
Outros credores mlp	0,00	391.506,09	326.255,09	-16,67%
Subtotal	3.942.714,92	3.474.010,70	2.755.314,94	-20,69%
Curto Prazo				
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00%
Fornecedores e outros credores	246.685,55	542.603,61	453.886,07	-16,35%
Subtotal	350.607,81	542.603,61	453.886,07	-16,35%
Totais	4.293.322,73	4.016.614,31	3.209.201,01	-20,10%

O endividamento total voltou a diminuir devido às amortizações (ordinárias e extraordinária) e à não contratação de mais dívidas de médio e longo prazo. A dívida de curto prazo também contribuiu para essa variação.

Em “outros credores” encontra-se o valor que o município terá de pagar para o FAM.

4.4 Dívida

O novo regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, veio acabar com o conceito de endividamento líquido e trazer para a esfera jurídica e económica o conceito de dívida, estabelecendo limites à dívida total, que engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e os restantes débitos a terceiros (fornecedores e outros credores).

À dívida do município acresce a dívida das entidades participadas, na respetiva proporção, calculada e acrescida de acordo com o previsto no art.º 54º.

Esse limite “não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores” (n.º 1 art.º 52º).

4.4.1 Limite da dívida

O limite da dívida total será determinado em função da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios anteriores.

Para 31/12/2015, vamos considerar os dados dos anos de 2012, 2013 e 2014.



Cálculo do Limite da Dívida		2012	2013	2014
Receita corrente líquida arrecadada	(A)	5 756 969,81	6 994 982,40	7 143 375,01
Receita corrente líquida média dos três	(B)		6 631 775,74	
Valor do Limite	(C) = 1,5 * (B)		9 947 663,61	

No quadro da página seguinte apresentamos o valor da dívida total do município considerada para efeitos do limite da dívida total.

Depois de calculado o limite da dívida, que em 2015 passou a ser de € 9 947 663,61 (quando em 2014 era de € 9 398 739,91) e o total da dívida para efeitos do limite € 3 485 962,69 (em 2014 era de € 4 239 428,81), obtemos por diferença a margem disponível de € 6 461 700,92 (que em 2014 era de € 4 992 746,60).

Sabendo-se que, para os municípios que cumpram o limite, só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível, então, para o ano de 2015, a dívida deste município não poderá aumentar mais do que € 1 108 334,06.

Com os dados apresentados em cima verificamos que a dívida total do município representa apenas 46% do limite, pelo que a dívida encontra-se dentro de um valor aceitável e não precisa de qualquer medida de curto prazo.



Cálculo do Limite da Dívida de 2015									
Município Sever do Vouga									Valor da Dívida
Dívidas a terceiros mlp e de curto prazo - orçamentais									3 209 201,01
Subtotal 1 (Dívida a terceiros mlp e de curto prazo a considerar)									3 209 201,01
Entidades intermunicipais e Entidades associativas municipais	Disposição Legal	Distribuição	RLE	Passivo Orçamental	Passivo Total CP	Passivo ñ Orçamental CP	Passivo Orçamental CP	Participação	Valor a crescer
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	Alinea b) n.º 1 art.º 54 RFAL	Proporcional à quota	38 469,32	0,00	7 806 285,99	13 496,96	7 792 789,03	3,51999908%	274 306,10
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses							101 489,65	0,32021000%	324,98
Subtotal 2 (Soma da parte proporcional das Entidades intermunicipais e Entidades associativas municipais)									274 631,08
Empresas locais e Participadas	Disposição Legal	Distribuição	RLE	Dívida bruta total	Passivo Corrente	Passivo não corrente	Passivo Total	Participação	Valor a crescer
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, SA	Alinea c) n.º 1 art.º 54 RFAL	Proporcional à participação se não cumprir com o equilíbrio de contas	2 010 199,00		8 048 797,00	48 159 742,00	56 208 539,00	0,62676471%	0,00
ADRA - Águas da Região de Aveiro, SA			1 517 766,00		47 636 040,00	178 421 346,00	226 057 386,00	0,04900000%	0,00
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albergaria e Sever, CRL			44 108,00		40 294 866,00		40 294 866,00	0,01115099%	0,00
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA			60 270,00		1 265 219,44	213 260,48	1 478 479,92	0,15401622%	1 902,03
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, SA			-131 711,07		60 910,69	850,00	61 760,69	0,18271515%	228,57
Subtotal 3 (Soma da parte proporcional das dívidas de Empresas locais e Participadas)									2 130,60
Entidades de outra natureza	Disposição Legal	Controlo? (distribuição se houver)	RLE	Passivo Orçamental MLP	Passivo Total CP	Passivo ñ Orçamental CP	Passivo Orçamental CP	Participação	Valor a crescer
AGIM - Associação para a Gestão, Inovação e Modernização do Centro Urbano de Sever do Vouga	Alinea e) n.º 1 art.º 54 RFAL	Não	2 545,56	0,00	127 093,27	12 623,12	114 470,15	0,00000100%	0,00
ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural e Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira		Não					0,00	0,00000100%	0,00
ABAP - Associação Beira Atlântico Parque		Não					0,00	0,20371903%	0,00
Subtotal 3 (Soma da parte proporcional das dívidas de sociedades)									0,00
Total da dívida para efeitos do limite (art.º 54º da Lei n.º 73/2013, de 3/9)									3 485 962,69



5 Grandes opções do plano - análise

5.1 Execução das grandes opções do plano

No quadro seguinte, apresenta-se uma relação das despesas efetuadas no âmbito das Grandes Opções do Plano, por funções, reportadas a 31/12/2015.

ANO DE 2015				
Execução da GOP	PPI	PAM	GOP	%
1. - Funções Gerais	161.988,99	0,00	161.988,99	4,04%
1.1. – Serviços Gerais da Administração Pública	161.988,99	0,00	161.988,99	4,04%
1.1.1. – Administração Geral	161.988,99	0,00	161.988,99	4,04%
1.2. – Segurança e Ordem Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.2.1. – Proteção Civil e Luta contra Incêndios	0,00	0,00	0,00	0,00%
2. - Funções Sociais	1.088.553,70	144.064,95	1.232.618,65	30,71%
2.1. - Educação	40.274,18	0,00	40.274,18	1,00%
2.1.1. – Ensino não Superior	27.874,18	0,00	27.874,18	0,69%
2.1.2. – Serviços auxiliares de ensino	12.400,00	0,00	12.400,00	0,31%
2.2. - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.2.1. - Serviços individuais de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.3. – Segurança e Ação Social	395.020,53	23.737,66	418.758,19	10,43%
2.3.2. – Ação Social	395.020,53	23.737,66	418.758,19	10,43%
2.4. – Habitação e Serviços Coletivos	273.307,98	0,00	273.307,98	6,81%
2.4.1. - Habitação	79.604,19	0,00	79.604,19	1,98%
2.4.2. – Ordenamento do Território	2.825,06	0,00	2.825,06	0,07%
2.4.3. - Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.4.4. – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.4.5. – Resíduos Sólidos	30.062,10	0,00	30.062,10	0,75%
2.4.6. – Proteção Meio Ambiente e Cons. da	160.816,63	0,00	160.816,63	4,01%
2.5. – Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	379.951,01	120.327,29	500.278,30	12,46%
2.5.1. - Cultura	306.408,18	120.327,29	426.735,47	10,63%
2.5.2. – Desporto, Recreio e Lazer	73.542,83	0,00	73.542,83	1,83%
3. – Funções Económicas	1.364.030,19	355.744,75	1.719.774,94	42,85%
3.2. – Indústria e Energia	22.746,68	0,00	22.746,68	0,57%
3.3. – Transportes e Comunicações	1.329.239,78	0,00	1.329.239,78	33,12%
3.3.1. – Transportes Rodoviários	1.329.239,78	0,00	1.329.239,78	33,12%
3.3.2. – Transportes Aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.4. – Comércio e Turismo	4.273,02	355.744,75	360.017,77	8,97%
3.4.1. – Mercados e Feiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.4.2. - Turismo	4.273,02	355.744,75	360.017,77	8,97%
3.5 - Outras funções económicas	7.770,71	0,00	7.770,71	0,19%
4. – Outras Funções	684.064,75	215.389,73	899.454,48	22,41%
4.1. – Operações da Dívida Autárquica	679.064,75	0,00	679.064,75	16,92%
4.2. – Transferências entre Administrações	5.000,00	215.389,73	220.389,73	5,49%
4.3. – Diversas não especificadas	0,00	0,00	0,00	0,00%
Totais	3.298.637,63	715.199,43	4.013.837,06	100,00%



As Grandes Opções do Plano (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e PAM – Plano de Atividades Municipal), para o ano de 2015, previa uma dotação inicial definida no montante de € 3 949 090,00, tendo a dotação definida final atingido o montante de € 5 561 590,00.

Da dotação final foram realizados pagamentos no valor de € 4 013 837,06 (execução financeira), correspondendo a 72,2% da dotação final prevista.

5.2 Plano plurianual de investimentos

No ano de 2015, foram pagos encargos assumidos com a aquisição de bens de investimento num total de € 1 312 996,65, devidamente discriminados no mapa que se segue, por rubricas e subrubricas, onde foram classificadas as respetivas despesas.

Estrutura do Investimento Municipal	2012	2013	2014	2015
07.01.01 – Terrenos e recursos naturais	91.513,80	90.857,15	48.000,00	78.363,35
07.01.02 - Habitação	839,07	14.342,16	18.367,21	79.604,19
07.01.02.01 - Construção	0,00	0,00	0,00	
07.01.02.03 - Reparação e beneficiação	839,07	14.342,16	18.367,21	79.604,19
07.01.03 - Edifícios	821.588,63	131.210,80	101.958,16	344.111,81
07.01.03.01 - Instalações de serviços	23.885,27	116.362,11	69.378,84	173.198,26
07.01.03.02 - Instalações desportivas e recreativas			19.003,50	
07.01.03.05 - Escolas	682.278,51	14.831,91	13.575,82	28.773,81
07.01.03.99 - Outros	115.424,85	16,78		142.139,74
07.01.04 - Construções diversas	2.253.384,88	1.884.203,59	1.010.535,04	1.686.751,58
07.01.04.01 - Viadutos, arruam. obras	1.419.418,23	138.673,41	357.275,72	22.686,71
07.01.04.02 - Esgotos	0,00	0,00	0,00	
07.01.04.04 - Iluminação pública	3.930,31	37.060,06	9.517,43	16.669,18
07.01.04.05 - Parques e jardins	0,00	0,00	14.479,60	139.246,58
07.01.04.06 - Instalações recreativas e desportivas	51.545,86	313.645,87	5.962,44	9.994,68
07.01.04.07 - Captação, tratamento e distrib. de	0,00	0,00	0,00	
07.01.04.08 - Viação rural	449.183,42	676.664,90	266.653,76	1.056.113,72
07.01.04.09 - Sinalização e trânsito	7.296,44	7.413,20	6.422,39	10.336,22
07.01.04.12 - Cemitérios	0,00	53.578,25	66.894,45	153.292,17
07.01.04.99 - Outros	322.010,62	657.167,90	283.329,25	278.412,32
07.01.06 - Equipamento de transporte	52.791,59	6.531,40	48.263,52	72.506,27
07.01.07 - Equipamento de informática	46.115,62	19.553,97	31.460,59	47.677,68
07.01.08 - Software informático	7.648,29	4.421,24	3.117,66	41.248,96
07.01.09 - Equipamento administrativo	524,13	161,67	0,00	4.997,04
07.01.10 - Equipamento básico	79.429,37	164.629,60	21.159,47	52.543,96
07.01.13 - Investimentos incorpóreos	0,00	0,00	0,00	13.500,00
07.01.15 - Outros investimentos	6.568,20	8.985,40	30.135,00	3.648,04
Totais	3.360.403,58	2.324.896,98	1.312.996,65	2.424.952,88
Varição		-30,81%	-43,52%	84,69%



Verificou-se um aumento nos pagamentos de bens de investimento no valor de € 1 111 956,23, correspondendo a um aumento de 84,7%, em comparação com o ano transato.

5.3 Atividades relevantes

No ano de 2015, voltou-se a promover a Área de Acolhimento Empresarial para o aumento do número de empresas residentes, bem como, à instalação da AEVA - Escola Profissional de Aveiro.

Em 2015, salientamos a contratação das seguintes empreitadas ou projetos:

- i. Beneficiação da E.N. 328-1
- ii. Pontão do Seixo
- iii. Reparação de calçada em Talhadas
- iv. Cemitério de Sever (ampliação, remodelação, iluminação e arranjos)
- v. Estrada de Penouços à Teca
- vi. Beneficiação de apartamentos – Bairro Social da Bela Vista
- vii. Restabelecimento de Caminhos e Infraestruturas junto às barragens
- viii. Beneficiação da Rua do Laranjal e Bouço Velho - Couto de Baixo
- ix. Pavimentação da Rua Conde de Beirós
- x. Caminho no interior da Ribeirada
- xi. Reparação de pequenos troços e largos - I



6 Equilíbrio orçamental

O equilíbrio orçamental previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, refere que o Município em 31 de dezembro de 2015, deve ter a receita corrente bruta cobrada pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Assim a margem disponível positiva, no final do ano de 2015 é a seguinte:

Equilíbrio orçamental 2015	Subtotal	Totais
Receita corrente bruta cobrada		7 461 427,72
Despesa corrente paga	5 342 398,86	5 766 703,32
Amortizações Médias	424 304,46	
Margem		1 694 724,40



7 Proposta de aplicação dos resultados

Face ao Resultado Líquido do Exercício positivo de € 1 671 508,11, nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.

O ponto 2.7.3.2 refere que, “no início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”.

Por sua vez, quando se verifica um saldo positivo na conta 59 – Resultados Transitados, existem duas imposições:

- i. Reforço do Património; e
- ii. Constituição ou reforço de reservas.

É obrigatório o reforço do património até que a conta 51 – Património, corresponda a 20% do ativo líquido, no entanto, devemos constituir “Reservas legais”, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

7.1 Proposta

Na medida em que o valor da conta 51 – Património é superior a 20% do Ativo líquido, ou seja, corresponde em 31/12/2015, a 31,37%, propomos a constituição de “Reserva Legal”, nos termos do ponto 2.7.3.5, pelo valor de mínimo obrigatório (5%), ou seja, de € 83 575,41, ficando o restante na conta “Resultados Transitados”, podendo ser utilizado num próximo exercício, para reforço da conta 51 – Património, ou compensar um eventual exercício cujo resultado seja negativo.

No caso de ser aprovada a presente proposta, será realizado o seguinte lançamento:

Distribuição do Resultado	Débito	Crédito
88 – Resultado Líquido do Exercício	1 671 508,11	
571 – Reservas Legais		83 575,41
59 – Resultados Transitados		1 587 932,70